

REVISTA DE DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ISSN 2595-5667



REVISTA DE DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ANO Nº 01 – VOLUME Nº 01 – EDIÇÃO Nº 02 - JUL/DEZ 2016

ISSN 2595-5667

**Rio de Janeiro
2016**

REVISTA DE DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

LAW JOURNAL OF PUBLIC ADMINISTRATION

Conselho Editorial:

Sr. Alexander Espinosa Rausseo, Universidad Central de Venezuela.
Sra. Maria de Los Angeles Fernandez Scagliusi, Universidad de Sevilla.
Sr. Luis Guillermo Palacios Sanabria, Universidad Austral de Chile.
Sr. Mustafa Avci, University of Anadolu Faculty of Law.
Sr. Adilson Abreu Dallari, Pontificia Universidade Católica de São Paulo.
Sr. Alexandre Veronese, Universidade de Brasília.
Sr. Carlos Ari Sundfeld, Fundação Getúlio Vargas de São Paulo.
Sra. Cristiana Fortini, Universidade Federal de Minas Gerais.
Sr. Daniel Wunder Hachem, Universidade Federal do Paraná.
Sra. Maria Sylvia Zanella di Pietro, Universidade de São Paulo.
Sr. Paulo Ricardo Schier, Complexo de Ensino Superior do Brasil.
Sr. Vladimir França, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Sr. Thiago Marrara, Universidade de São Paulo.
Sr. Wilson Levy Braga da Silva Neto, Universidade Nove de Julho.

Avaliadores desta Edição:

Sr. Mustafa Avci, University of Anadolu	Prof. Dr. Jamir Calili Ribeiro, UFJF.
Sra. Andreia Cristina Rocha Gomes, UFF.	Prof. Ms. João Paulo Sporl, USP.
Sra. Arianne Sherman Vieira, UFMG.	Prof. Dr. José Vicente de Mendonça, UERJ.
Sr. Ciro Di Benatti Galvão.	Prof. Dra. Patricia Ferreira Baptista, UERJ.
Sr. Daniel Capecchi Nunes, UFJF.	Prof. Ms. Mariana Bueno Resende, UFMG.
Sr. Eduardo Manuel Val, UFF.	Prof. Dr. Phillip Gil França, PUC-RS.
Profa. Dra. Irene Nohara, MACKENZIE.	Prof. Ms. Thiago Bastos, UFRJ.

Diagramação e Layout:

Sr. Emerson Moura, UFJF.

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	005
Emerson Affonso da Costa Moura	
<i>Concursos públicos e a tormentosa questão do exame psicotécnico como condição para ingresso no serviço público</i>	007
Henrique Ribeiro Cardoso e Liliane Santos Araújo	
<i>As escolas de governo na profissionalização da burocracia brasileira</i>	032
Alex Cavalcante Alves	
<i>Discrecionariade e controle na tutela do patrimônio histórico e cultural: reserva da administração na escolha entre interesses públicos concorrentes e os limites da intervenção dos poderes judiciário e legislativo</i>	060
Patricia Ferreira Baptista	
<i>Desapropriação indireta por instituição de áreas ambientais: um estudo crítico à luz da tese dos direitos de Ronald Dworkin</i>	077
Lilian de Brito Santos, Iago dos Santos Moura-Melo e Ricardo Afonso-Rocha	
<i>Contributos para o estabelecimento de critérios de resoluções de conflitos de competência legislativa em matéria de licitação e contratos administrativos</i>	106
Victor Amorim	
<i>O aplicativo uber: um estudo de caso baseado nos princípios e fundamentos da ordem econômica na constituição federal de 88</i>	128
Paulo Samico Junior	
<i>Compras públicas como instrumento para o desenvolvimento econômico nacional: novidades e questionamentos oriundos das alterações promovidas pela Lei n.º 12.349/2010</i>	156
Gustavo Henrique Sperandio Roxo	
<i>Governança corporativa e medidas de prevenção contra a corrupção na Administração Pública: um enfoque à luz da lei nº 13.303/2016</i>	176
Cristiana Fortini e Ariane Shermam	
<i>Transformações do Direito Administrativo</i>	188
Maria Sylvia Zanella Di Pietro	
<i>El efecto irradiante de los derechos fundamentales en el proceso administrativo</i>	216
Alexander Espinoza Rausseo	

APRESENTAÇÃO

É com grata satisfação que após a consolidação da nova equipe editorial com a expansão do conselho editorial, corpo de avaliadores e editores de seção, bem como, os esforços para inclusão do periódico em indexadores internacionais e a obtenção da Licença Creative Commons, publicamos a segunda edição do primeiro volume do primeiro ano da Revista de Direito da Administração Pública.

Nesta edição prosseguimos com os debates no âmbito da teoria e prática do Direito Administrativo a partir de sua interdisciplinariedade com Direito Constitucional, Ambiental e Econômico em uma publicação democrática e articulada de trabalhos de todo o espectro acadêmico com textos de pós-doutores, doutores, mestres, especialistas e graduados de ambos os gêneros, dos variados Estados do Brasil e um trabalho da Venezuela.

Dando continuidade à análise crítica dos critérios dos concursos públicos diante da ausência de disciplina legal da publicação anterior, o prof. Pós-doutorando Henrique Ribeiro Cardoso e a Mestranda Liliane Santos Araujo apresentam o importante trabalho “Concursos públicos e a tormentosa questão do exame psicotécnico como condição para ingresso no serviço público”.

Ato contínuo o especialista Alex Cavalcante Alves nos brinda com um estudo acerca da Administração Pública no que se refere ao resgate dos tradicionais centros de aperfeiçoamento dos servidores públicos e a sua relevância para a melhor prestação da atividade administrativa no artigo “As escolas de governo na profissionalização da burocracia brasileira”.

Na interface do Direito Administrativo com o Direito Constitucional e Ambiental há o trabalho singular da profa. Dra. Patricia Ferreira Baptista acerca da “Discrecionalidade e controle na tutela do patrimônio histórico e cultural: reserva da administração na escolha entre interesses públicos concorrentes e os limites da intervenção dos poderes judiciário e legislativo”.

Prosseguindo com a deconstrução promovida na edição anterior a profa. Ms. Lilian de Brito Santos junto com os graduandos Iago dos Santos Moura-Melo e Ricardo Afonso-Rocha analisam a partir de um recorte igualmente interdisciplinar a “Desapropriação indireta por instituição de áreas ambientais: um estudo crítico à luz da tese dos direitos de Ronald Dworkin”

A tensão promovida entre os entes federados no que tange a partilha constitucional das competências e bens no que tange a matéria administrativa é objeto de necessário e atencioso

exame pelo Prof. Ms. Victor Amorim com o texto “Contributos para o estabelecimento de critérios de resoluções de conflitos de competência legislativa em matéria de licitação e contratos administrativos”.

Questão controversa que envolve institutos do Direito Administrativo e Econômico a delimitação do uso do aplicativo uber enquanto usurpação de um serviço público regulado ou exercício de livre iniciativa é apresentada pelo graduado e pesquisador Paulo Samico Junior no trabalho “O aplicativo uber: um estudo de caso baseado nos princípios e fundamentos da ordem econômica na constituição federal de 88”.

Igualmente as aplicações e dificuldades oriundas do processo público de aquisição de bens e sua correlação com os objetivos da ordem econômica é verificado pelo mestre Gustavo Henrique Sperandio Roxo no artigo “Compras públicas como instrumento para o desenvolvimento econômico nacional: novidades e questionamentos oriundos das alterações promovidas pela Lei n.º 12.349/2010”.

Em um ano marcado pelo controle da Administração Pública onde se avalia os papéis dos instrumentos jurídicos na conformação da ação política e a celeuma da distância entre a eficácia e a efetividade, a profa. Pós-doutora Cristiana Fortini e a mestre Ariane Shermam trazem um atual recorte com o artigo “Governança corporativa e medidas de prevenção contra a corrupção na Administração Pública: um enfoque à luz da lei nº 13.303/2016”.

Por fim, encerramos a edição com duas monografias sobre os rumos da disciplina diante de uma ordem constitucional. O precioso trabalho “Transformações do Direito Administrativo” da estimada profa. Dra. Maria Sylvia Zanella Di Pietro e o inestimável artigo “El efecto irradiante de los derechos fundamentales en el proceso administrativo” do querido prof. Dr. Alexander Espinoza Rausseo.

Desejamos uma boa leitura almejando que os trabalhos publicados possam contribuir no debate nacional acerca da matéria, com nosso agradecimento aos professores membros do Conselho Editorial e do corpo de avaliadores, aos editores e colaboradores em geral, aos autores e leitores pelas suas contribuições na publicação desta edição.

Rio de Janeiro, 10 de Dezembro de 2016.

Emerson Affonso da Costa Moura.